



doi: <http://dx.doi.org/.7213/psicolargum.42.118.A001>

Do acolhimento institucional às Repúblicas: histórias sobre a convivência familiar

From institutional reception to republics: stories about family life

Marco Aurélio Saraiva Carvalho
Universidade Federal de Minas Gerais,
<https://orcid.org/0000-0002-5667-0500>
aureliusds@gmail.com

Laura Cristina Eiras Coelho Soares
Universidade Federal Minas Gerais
¹<https://orcid.org/0000-0003-0859-7625>

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Agradecimento ao apoio recebido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) por meio do Chamada FAPEMIG 01/2021 Demanda Universal.

Resumo

O acolhimento em Repúblicas é uma política socioassistencial destinada a jovens de 18 a 21 anos, egressos do acolhimento institucional que não se reinseriram em suas famílias, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos e sem condição de autossustento. Entretanto, a literatura sobre o campo do acolhimento institucional evidencia a existência de vínculos e referência familiar, apontando a pertinência de uma investigação sobre a história desses jovens. Por meio da entrevista em história oral e temática, realizada em ambiente online devido à Pandemia de COVID-19, convidamos jovens residentes das Repúblicas para falar de sua história com suas famílias. Os resultados foram organizados em três categorias, conforme a proposta de análise de conteúdo temática e versaram sobre essas trajetórias e seus vínculos. Além disso, foram contextualizados esses relatos em uma sociedade com escassas políticas para as famílias de origem, impossibilitando o direito ao convívio familiar e contribuindo com longas trajetórias de institucionalização. Ademais, é necessário fomentar debates que contribuam para as Repúblicas, recente em sua implantação, e que atua de modo a evitar trajetórias de rua e novas violações de direitos a essa população.

Palavras chave: Jovens, Família, História oral, Políticas públicas.

Abstract

The reception in republics is a socio -assistance policy for young people aged 18 to 21, graduates of institutional reception that have not reinserted themselves in their families, have weakened or broken family ties and are unable to support themselves. However, the literature on the field of institutional reception highlights the existence of bonds and family reference, pointing to the relevance of an investigation into the history of these young people. Through the interview in oral and theme history, carried out in an online environment due to the Covid-19 pandemic, we invite young residents of the republics to talk about their history with their families. The results were organized into three categories, according to the thematic content analysis proposal and dealt with these trajectories and their bonds. In addition, we contextualize these reports in a society with scarce policies for families of origin, making the right to family life impossible and contributing to long trajectories of institutionalization. In addition, it is necessary to foster debates that contribute to the republics, recent in their implementation, and which acts to avoid street trajectories and new violations of rights to this population.

Keywords: Young People; Family, Oral history; Public policy.

Resumen

La recepción en repúblicas es una política de socio -asistencia para jóvenes de entre 18 y 21 años, graduados de recepción institucional que no se han reinsertado en sus familias, con lazos familiares frágiles o rotos y sin autoevaluación. Sin embargo, la literatura sobre el campo de la recepción institucional destaca la existencia de lazos y la referencia familiar, señalando la relevancia de una investigación sobre la historia de estos jóvenes. A través de la entrevista en la historia oral y temática, realizada en un entorno en línea debido a la pandemia Covid-19, invitamos a jóvenes residentes de las repúblicas a hablar sobre su historia con sus familias. Los resultados se organizaron en tres categorías, de acuerdo con la propuesta de análisis de contenido temático y se ocuparon de estas trayectorias y sus lazos. Además, fueron contextualizados estos informes en una sociedad con escasas políticas para las familias de origen, lo que hace imposible el derecho a la vida familiar y contribuye a largas trayectorias de institucionalización. Además, es necesario fomentar los debates que contribuyan a las repúblicas, recientes en su implementación y que actúen para evitar las trayectorias callejeras y las nuevas violaciones de los derechos de esta población.

Palabras clave: Jóvenes, Familia, Historia oral, Políticas públicas.

Introdução

O tema do presente artigo - acolhimento institucional em Repúblicas - foi construído a partir de inquietação gerada em prática de estágio em Psicologia realizada durante a graduação em uma instituição de acolhimento na unidade masculina. Como desdobramento desse período no acolhimento institucional, que é uma política voltada para crianças e adolescentes, há uma questão sobre o que ocorre quando os acolhidos atingem dezoito anos de idade. Uma possibilidade de política para egressos do acolhimento institucional por maioria - que não foram inseridos em famílias substitutas, ou reintegrados à família de origem - é o acolhimento institucional em Repúblicas. Essa política, que está presente em documentos normativos desde 2009, tem por objetivo acolher jovens de 18 a 21 anos, egressos do acolhimento institucional sem possibilidade de retorno a família de origem ou substituta, com vínculos familiares fragilizados ou inexistentes, e que não possuem condições de inserção em família substituta (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009, p. 94).

Contudo, sua implementação no país é recente, como indicou o Censo do Sistema Único de Assistência Social de 2019 (CensoSUAS), na qual das 40 unidades — para atendimento de jovens egressos (as) de serviços de acolhimento — 28 possuem de 0 a 5 anos de implantação, com média de 12 vagas por República, distribuída em seis vagas para a unidade masculina e seis para a unidade feminina (Ministério da Cidadania, 2020). Cabe pontuar que dentre as 40 mencionadas, 34 unidades são nomeadas como modalidade República para jovens, as outras seis unidades restantes acolhem tanto jovens egressos do acolhimento institucional quanto outras populações, sendo classificadas na modalidade outros (Ministério da Cidadania, 2020, p. 8).

Tais dados evocam questionamentos, visto que seis unidades não são unicamente para essa população, que possui diversas particularidades fruto de extensas trajetórias de institucionalização (Assis & Farias, 2013; Martins & Mota, 2019). Dessa forma, questiona-se sobre quem são os jovens egressos com vínculos fragilizados e/ou rompidos, visto que apesar de ser o público alvo da política, os egressos também são identificados nas pesquisas com vínculos e referência familiar (Assis & Farias, 2013; Martins & Mota, 2019).

Assim, a experiência no estágio supracitado permitiu vislumbrar o desafio do trabalho no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) ao acompanhar as aflições - dos adolescentes e da equipe técnica da unidade de acolhimento institucional - diante da aproximação da maioria dos acolhidos e seu destino. Moraes-Martinez e Soares-Silva (2008) demonstraram os diversos arranjos que os jovens desligados do acolhimento ao

atingirem a maioria realizam para sobreviver devido à escassez de políticas socioassistenciais específicas para essa população. Cassarino-Perez, Córdova, Montserrat & Sarriera (2018) em seu levantamento bibliográfico também apontaram a ausência de políticas e de espaços de convívio e de acolhimento voltados para esta população. A respeito da convivência familiar durante o período de acolhimento institucional, Martins e Mota (2019) demonstraram, por meio da análise de levantamento bibliográfico², a presença de visões preconceituosas sobre os jovens e seus familiares, dificultando a escuta desses jovens e a presença dos familiares no acolhimento.

Objetivos

Assim, com o intuito de contribuir para esse campo, e diante da recente implantação das Repúblicas de acolhimento institucional na cidade onde ocorreu a pesquisa, a investigação realizada teve como objetivo conhecer como ocorre o convívio familiar pela perspectiva dos jovens que vivenciaram longos períodos de institucionalização e que, atualmente, acessam a política de acolhimento em Repúblicas. A partir da análise de suas histórias busca-se contribuir para se pensar uma atuação da Psicologia que auxilie no trabalho desenvolvido nas Repúblicas.

Método

A pesquisa foi planejada anterior a Pandemia de Sars-Cov-2, a qual teve a fase de aprovação prévia pela instituição e pelo Conselho de Ética em Pesquisa (CAAE 33486620.2.0000.5149). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Dessa forma, objetivou-se convidar jovens residentes das Repúblicas a contar sobre a sua trajetória de vida com suas famílias. A escolha pelo método história oral (Alberti, 2013) se norteou pelo contato, anteriormente mencionado na experiência de estágio, com jovens em acolhimento institucional, ao qual foram apreendidas outras histórias dos acolhidos e de suas famílias. Assim, a partir da história de vida dos participantes e, tendo como foco o tema vivência familiar, utilizou-se a entrevista de história oral do tipo história de vida e temático (Alberti, 2013) nas entrevistas para que esses relatos tivessem como foco as famílias dos

² A pesquisa desenvolvida por Martins e Mota (2019) “trata-se de um estudo de revisão bibliográfica com o objetivo de identificar e analisar as produções científicas publicadas no período de 2008 a 2018, visando conhecer a percepção dos adolescentes institucionalizados sobre as vivências no contexto do acolhimento institucional”(p.66).

acolhidos e seus vínculos. A entrevista individual foi conduzida a partir da seguinte pergunta disparadora: “Você passou pelo acolhimento institucional e no momento encontra-se morando em uma República. Como foi a convivência com a sua família durante o acolhimento institucional e no momento atual?”

Com a chegada da Pandemia de COVID-19 e os riscos do contágio, principalmente por populações em posições de maior vulnerabilidade social, que expunha os sujeitos a maior exposição ao vírus (Gonzaga & Cunha, 2020; Leite, 2020), não era possível realizar as entrevistas presencialmente com os jovens, e o convite foi para as entrevistas no modo on-line por chamada de áudio e/ou vídeo, a definir com os participantes. Todos os oito acolhidos - tanto da República para jovens mulheres, quanto da unidade para jovens homens - foram convidados. Por fim, na unidade feminina não houve participantes e na unidade masculina dois dos seis acolhidos com os quais foi feito contato manifestaram interesse em participar da pesquisa. Os nomes atribuídos aos participantes da pesquisa - Leo e Kevin - são fictícios, a fim de preservar a identidade dos entrevistados. As entrevistas foram gravadas apenas no seu conteúdo de áudio, a imagem do entrevistado não foi registrada e foi apresentado via oral o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Conselho Nacional de Saúde, 2016).

Com a obtenção desses relatos sistematizou-se o agrupamento de suas falas segundo o método de análise de conteúdo (Silva e Fossá, 2015), em específico, a análise temática proposta por Gomes (2012). O material coletado foi categorizado de forma exaustiva e mutuamente exclusiva, a fim de que todo o conteúdo fosse analisado e não se repetisse em mais de uma categoria. A construção de categorias, conforme Gomes (2012), ocorre em todos os momentos da pesquisa, sendo pensada desde a formulação do desenho da investigação até a alocação dos trechos. Por fim, os dados obtidos foram relacionados com o referencial teórico adotado. Assim, após a categorização de suas falas, houve a criação de três categorias temáticas analíticas (Gomes, 2012), a saber: Dificuldade/sofrimento de falar sobre sua história; Vínculos familiares; e Transição para as Repúblicas.

³ Segundo o artigo 15 da Resolução 510 de 2016 do Conselho Nacional de Saúde: “O Registro do Consentimento e do Assentimento é o meio pelo qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante ou de seu responsável legal, sob a forma escrita, sonora, imagética, ou em outras formas que atendam às características da pesquisa e dos participantes, devendo conter informações em linguagem clara e de fácil entendimento para o suficiente esclarecimento sobre a pesquisa (Conselho Nacional de Saúde, 2016)”.

Discussão e Resultados

A história dos Jovens com suas Famílias: compartilhando palavras e silêncios⁴

A partir da condução das entrevistas e devido ao conteúdo sensível, que diz respeito a narrativas de fatos que se produziram em contexto de violência (Pérez-Tarres, Espinosa, Santos & Silva, 2019, p. 114), presente nessas trajetórias, somado ao contexto on-line possível na presente pesquisa (Miller & Slater, 2004), não foi possível abordar datas, memórias de períodos específicos como preconizado pelo modelo clássico de história oral (Alberti, 2013). Entretanto, o respeito aos limites dos participantes e do que eles relatam ou não também diz respeito ao fazer em história oral (Pollak, 1984), que em primeiro lugar aponta para a ética no encontro com outro e da construção de uma história a partir desse relato (Pollak, 1992). Moscheta e Ferreira (2020) sinalizaram que obter um resultado diferente do esperado pelo método diz respeito a um conteúdo que escapa ao controle, e tem algo a dizer sobre a sociedade, e não se atentar a isso contribui com um fazer ciência que emudece o que essas existências têm a dizer.

Dessa forma, as entrevistas suscitaram temáticas comuns, tanto pela semelhança de suas trajetórias de extensa institucionalização, quanto do foco da pesquisa no tema convívio familiar, possibilitando sua análise a partir da Análise de Conteúdo Temática (Silva & Fossá, 2015), organizadas em três categorias analíticas escolhidas para serem desenvolvidas no presente artigo.

Contando sua história

A presente categoria foi formada a partir do agrupamento das falas dos participantes que se referiam à dificuldade em relatar suas trajetórias, expressando ou demonstrando o sofrimento provocado pela evocação, ou pela reflexão sobre essas memórias. O incômodo se deve primeiramente sobre o falar sobre sua história e o quanto esse movimento diz respeito sobre a construção de si em determinado contexto histórico-social (Pollak, 1992). Além disso, o próprio contexto de pesquisa com entrevista online possui suas limitações e impasses, pois abordar “temas sensíveis” (Pérez-Tarres et al., 2019, p. 114) pode evocar reações como choro, estresse e medo, mobilização de afetos (Sionek, Assis, & Freitas, 2020, p. 10), o que na presente pesquisa é somada a extensas trajetórias de institucionalização e de embates das famílias (Martins & Mota, 2019).

⁴ Optou-se por articular os resultados com a discussão no presente tópico em busca de alcançar maior fluidez na leitura e na aproximação dos relatos com o referencial teórico adotado.

Como exemplo, pode-se citar o início da entrevista de Leo, que após escutar a pergunta disparadora do estudo o participante ficou em silêncio, e logo após respondeu que “foi muito difícil” (Leo), permanecendo em silêncio novamente. Enquanto o participante Kevin, inicialmente, dissertou mais sobre sua trajetória: “Durante o momento institucional eu não tive muito contato com eles [...] eles acabaram presos por causa de maus tratos aos filhos dele, no caso meu né. [...]. Não, no caso de acolhimento eu fui para o acolhimento aos 12 anos” (Kevin).

Ao ser solicitado a falar sobre esse período, Kevin apenas respondia de forma afirmativa ou negativa, mencionando brevemente as rupturas com sua rede familiar: mãe, irmãos de parte paterna, pai e madrasta. Sobre essa dificuldade de abordar o assunto no contexto da pesquisa, a fala a seguir de Leo trouxe alguns vislumbres sobre a questão: “Mas se eu pudesse falar eu falava, mas foi muito difícil. [...] Desculpa porque tem coisa que eu não consigo falar pela internet, tem muita coisa que eu não consigo falar, que é difícil, entendeu?” (Leo).

Um ponto importante da dificuldade dos jovens de falar sobre sua história é que no contexto de Pandemia a pesquisa precisou ser executada de forma on-line, desde o contato com os participantes, a entrevista e a concordância para realizá-la. Contudo, esse recurso pode ter contribuído para limitações e dificuldades no vínculo estabelecido para a realização da pesquisa, como pontuou Leo em sua fala e como notou-se também em Kevin, que não comentou sobre sua trajetória no acolhimento. Para compreender sobre esse fato, Miller e Slater (2004) dissertaram que os ambientes virtuais e presenciais possuem diferentes propostas de sociabilidade e que as pessoas podem desejar separar essas relações (Miller & Slater, 2004, p.46). As reflexões dos autores mencionados permitem analogias para pensar que a falta do contato presencial devido ao contexto de Pandemia pode ter influenciado no vínculo estabelecido e, conseqüentemente, nas informações compartilhadas.

Dessa forma, não foi possível estabelecer uma relação mais próxima com estes, o que interferiu diretamente no tipo de vínculo pelos meios digitais. Contudo, também refletindo sobre as potencialidades da pesquisa no ambiente virtual, o que surgiu como dificuldade de se falar sobre o tema, também pode ser analisado como facilidade em recusar a falar sobre, ou seja, o ambiente on-line pode ter propiciado maior espaço para a escolha do que compartilhar.

Portanto, o estudo aponta que a estruturação dessas relações exige proximidade com essa população, pois verbalizar sobre essas trajetórias também diz respeito a reviver sentimentos referente às suas vivências, o que deve ser feito a partir de um trabalho junto aos jovens. Um dos participantes demonstrou como é importante um trabalho construído em

conjunto para que este não seja uma nova dificuldade em suas trajetórias, tendo relatado uma experiência que avaliou como negativa com um profissional da Psicologia na psicoterapia. Nesse contexto, Leo expôs que a insistência para falar sobre seu passado o fez abandonar a psicoterapia: “[...] Mas ela só queria saber da dor entendeu e ela queria tirar isso de mim e eu queria falar isso no momento certo, mas ela queria que eu falasse, ai acabei que eu desisti de ir lá. [...]” (Leo).

Após a frase anterior de Leo, a entrevista com o participante foi encaminhada para seu encerramento, objetivando preservá-lo. Além de sinalizar os limites no contexto da pesquisa essa última fala trouxe uma importante reflexão enquanto pesquisadores, de uma escuta que tenha a sensibilidade de criar espaços de fala respeitando-se o limite do sujeito frente a sua história (Pérez-Tarres et al., 2019; Sionek et al., 2020). Como exemplo pode-se citar a devolutiva com Kevin, planejada a partir da proposta de restituição de Ignácio e Cavour (2008), ou seja, de um momento que envolva o participante ativamente na construção e interpretação dos dados fornecidos. Ao apresentar os resultados da pesquisa, bem como abrir o diálogo para comentários, críticas e sugestões, o jovem sinalizou sobre sua surpresa de como conseguiu compartilhar sobre suas vivências, mencionando que em outros espaços, inclusive com outros profissionais da Psicologia, não foi possível essa partilha.

Em contraste, o participante Leo não retornou quanto ao convite de devolutiva, mas essa diferença entre os participantes sinalizou que também deve-se construir espaços de esquecimento, respeitando a vontade de calar, de não-falar sobre, pois em muitos casos esse movimento pode ser necessário para que ele crie novas possibilidades de histórias de si mesmo (Pollak, 1984). Além disso, o silêncio também pode sinalizar um movimento de resistência de grupos marginalizados, de modo a preservar suas histórias e garantir a sobrevivência dessas lembranças (Pollak, 1984;1992). Suportar o silêncio parece ser uma tarefa mais desafiadora para o pesquisador do que para o entrevistado, que pode encontrar conforto em sua mudez.

Refletindo sobre as possibilidades de atuação profissional e no fomento de políticas públicas para essas trajetórias, sinaliza-se que os profissionais dessas políticas devem ser sensíveis em suas aproximações. A Psicologia deve lembrar-se que sua ferramenta de trabalho é a palavra, mas que os silêncios ocupam igual relevância em sua atuação. A categoria a seguir trouxe a menção dos participantes de fragmentos sobre suas trajetórias com suas famílias, indicando inclusões e exclusões de pessoas a essa nomeação.

Vínculos familiares

seus vínculos familiares e as pessoas nomeadas como parte dela - considera-se importante mencionar que não foi adotado um conceito fechado e definidor do que é família. Conforme alerta Fonseca (2004) uma definição pode enrijecer as diversas configurações familiares e suas potencialidades, além da possibilidade de construção de novos espaços. Soares e Chaves (2020) analisaram medidas protetivas para crianças e adolescentes a partir da política de famílias acolhedoras, que se define como uma alternativa de acolhimento em ambiente familiar de caráter provisório para crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. As autoras pontuaram como definições enrijecidas do que é família contribui para estigmatizar modelos e práticas familiares, não somando a práticas de fortalecimento de vínculos com a família de origem bem como seus direitos e deveres (Soares & Chaves, 2020).

O perigo de uma definição também é pontuado por Vieira (2019) que a partir de sua análise sobre documentos nacionais e internacionais que versam sobre o direito ao convívio familiar e comunitário analisou o caráter paradoxal deste direito. Segundo o autor, ao mesmo tempo em que sua menção é acionada para garantir direitos e políticas para sua manutenção, também fundamenta práticas elitistas e racistas sobre as famílias que historicamente acessam a Assistência Social e, em sua maioria, se situam em condições próximas ou de extrema pobreza. Dessa forma, uma conceituação dessa natureza enclausura famílias em lugares historicamente construídos a partir de exclusão destas de acesso a seus direitos, e individualiza problemas sociais (Vieira, 2019).

Contudo, optar por um total relativismo impede tanto de fomentar políticas protetivas em caso de violação de direitos, como de assegurar que as famílias de origem continuem com seus filhos e tenham condições de superar dificuldades históricas e sociais (Soares & Chaves, 2020). Além disso, é inegável que o modelo nuclear de família, amplamente divulgado pelos meios midiáticos como a forma correta de construir e viver família (Acosta & Vitale, 2010), influencia a construção desse grupo a partir desse modelo, que cria idealizações ao mesmo tempo em que a desigualdade social cria barreiras no convívio diário de seus membros. Então, qual é o caminho a percorrer? No campo da Antropologia, as autoras Fonseca (2004) e Sarti (2011) em suas pesquisas etnográficas adotaram posturas epistemológicas descritivas e analíticas sobre o convívio, as redes de solidariedade e a partir de quais aspectos os sujeitos se afastam ou se aproximam de alguém como parte de sua família. Dessa forma, é possível desmistificar as estratificações e uniformizações das discussões sobre classe e descrever determinadas realidades para ser possível “o planejamento de políticas que atuem no campo da exclusão político e econômico dessas e outras realidades sem o viés moralizante (...)” (Fonseca, 2004, p. 208).

Com o intuito de trazer esse mesmo olhar para a Psicologia no campo da Assistência Social foram convidados esses jovens a compartilhar seus vínculos e quais possibilidades e intervenções podem ser fomentados a partir desses relatos. Um exemplo é como as falas dos participantes não indicaram mudanças/promoção do convívio familiar durante suas trajetórias institucionais: “Hum, ah não mudou muita coisa não viu, continua a mesma coisa [longo silêncio após a frase]. Ih, aquela relação mais fraca sabe? [...]. Não teve nenhuma mudança na relação deles não, continua do mesmo jeito” (Leo).

Importante pontuar que as relações familiares e suas tensões também se inserem a partir de um contexto social que não favorece essas relações e a proximidade de seus membros, dada as condições precárias de renda e acesso a direitos. Acosta e Vitale (2010) ressaltaram o quanto a luta pela sobrevivência, bem como a falta de direitos, pode criar e/ou acirrar conflitos existentes, além de minar diversas redes de solidariedade e também diminuir espaços de convivência cotidiana. Essa análise encontra ressonância nas falas de Kevin, que mencionou que durante sua trajetória no acolhimento não teve contato com seus familiares, e que esse período somou-se ao falecimento de seu pai e aos conflitos com irmãos devido a uma imóvel/casa que, segundo o jovem, eles tomaram posse sem incluí-lo.

Contudo, não se trata aqui de culpabilizar as políticas de acolhimento, mas de trazer contribuições para sua efetivação, bem como contextualizá-la socialmente, pois como salientou Martins e Mota (2019) as narrativas dos jovens acolhidos sinalizaram diversas violências sofridas no seio familiar - situações associadas a diversas privações de direitos básicos - ao mesmo tempo que mencionam lembranças positivas e o desejo de retorno à família com melhores condições de vida por parte dos acolhidos. Cabe pontuar que esses impasses podem ter sido, inclusive, parte da motivação do acolhimento: “Aí tipo, ah eu vi que nada mudou que está do mesmo jeito, eles tratam eu daquele, do mesmo jeito que me tratavam antigamente. [...] Ah muitas coisas envolvidas (longo silêncio)” (Leo). O participante Kevin também relatou sobre conflitos familiares que contribuíram para o afastamento do jovem de parte de sua rede familiar: “[...] porque quando eles mais precisaram assim ninguém ajudou sabe? [...]É por isso que eu acabo afastando sabe, porque se está machucando a minha mãe também está me machucando também” (Kevin).

Ambos os relatos apontam que as políticas de acolhimento institucional para se constituírem enquanto garantia de direitos deve articular a participação das famílias. Ademais, é necessário que a rede socioassistencial a integre nas ações para a superação de motivos relacionados ao acolhimento. Ambos os participantes nomearam pessoas como parte de sua rede familiar, contudo para o participante Leo a temática possui diversos conteúdos sensíveis para ele, demonstrando brevidade em seu relato: Ah, tem hoje é minha

prima, minha tia, a minha irmã, e as minhas duas tias são. [...]. Eu vou lá às vezes [fala dita de forma rápida]. Eu continuo indo... (Leo). O participante Kevin também descreveu sobre sua rede, citando sua madrasta como uma pessoa acolhedora para o jovem, relação esta interrompida devido ao falecimento da madrasta. A partir do acolhimento institucional, o participante também nomeou os educadores como pessoas que passaram a compor sua rede familiar, sendo descritos como: “(...) pessoas que dá pra sentar assim em um canto e conversar e desabafar sobre os problemas que a gente está passando, que a gente vai ver ali que vai dar uma ajuda, uma resposta assim, um ombro amigo” (Kevin)

Dessa forma, nota-se que a política de Repúblicas também possui o potencial de acrescentar à trajetória dos acolhidos, inserindo-se como rede de apoio e auxiliando no fomento de antigos e/ou novos laços familiares e comunitários (Cordeiro, Thomaz & Carvalho, 2018). Logo, denota-se a preocupação do presente artigo em contribuir para a construção da política de Repúblicas que se encontram em terra implantação e que precisa ser ampliada. O relato do participante também indicou como a política permitiu a reaproximação de sua rede familiar, pois sua mãe passou a visitá-lo durante sua trajetória no acolhimento institucional e com o intuito, segundo o jovem, de se desculpar pela situação que gerou o acolhimento em sua adolescência e de se reaproximar do filho. Essa relação teve continuidade na política de acolhimento em República, ao qual Kevin relatou que teve mais contato com a mãe, visitando-a e participando na superação de dificuldades vividas por ela, conciliando também com os afazeres no ambiente da República.

Contudo, os relatos de Kevin também apontaram que políticas públicas para as famílias são necessárias para além do espaço institucional, pois a retomada do contato com sua mãe, após a trajetória dela no sistema prisional, apresentou dificuldades que persistiram. O jovem expressou que durante o acolhimento institucional e com a retomada do contato com sua mãe não foi possível retornar a morar com ela devido à adicção ao álcool, o que lhe causa medo de que situações do passado se repitam. No momento da entrevista, a mãe do jovem se encontrava em uma clínica de reabilitação, residindo no local, e ele relatou que deseja morar com ela após sua recuperação.

Após relatar sobre o tratamento de sua mãe em uma possível comunidade terapêutica - devido à descrição de suas características e o regime de internação - o participante também mencionou que a falta de uma moradia própria, de renda, e de apoio da rede familiar são dificuldades vividas por eles que persistem. Soares e Chaves (2020) em seu texto mencionam a possibilidade de Guarda Subsidiada a partir do Programa Família Extensa Guardiã (Lei nº 11.220, 2020), que direciona a guarda à família extensa, bem como o direito ao auxílio para seus cuidados. A partir dessa política - que durante a pesquisa de

Soares e Chaves (2020) era um Projeto de Lei – as autoras criticaram que para as famílias acolhedoras o subsídio pode somar até três salários mínimos, enquanto para a família extensa - além de ter por requisito renda per capita igual ou inferior a meio salário mínimo - o subsídio financeiro não ultrapassa um salário independente do número de acolhidos (Soares & Chaves, 2020).

A partir dessas trajetórias reflete-se sobre como essas e outras políticas para as famílias de origem poderiam ser ampliadas para evitar mecanismos de exclusão (Soares & Chaves, 2020, p. 69), assim como permitir estender o tempo que seus componentes usufruiriam para fundamentar laços mantendo a proximidade com os integrantes das famílias, sufocada na luta pela sobrevivência (Acosta & Vitale, 2010). Somado a essas reflexões, Kevin relatou no momento de devolutiva que durante sua trajetória no acolhimento institucional, foi orientado a ser encaminhado para a adoção, mas seu desejo era de retomar laços com sua família de origem. Essas e outras políticas para as famílias de origem poderiam ser um caminho para a construção de ações de proteção nesses contextos.

Em consonância a essas reflexões, e conforme pontuaram Fonseca (2004) e Sarti (2011), os vínculos são formados e mantidos por dinâmicas construídas no fazer do dia a dia, o que alerta para a importância de políticas para essas famílias que permitam a vivência desta, pois trajetórias como as de Kevin e Leo não aparentam ser expressões particulares destes: “[...]tem umas pessoas aqui de moradores que também entende o seu ponto de vista. Porque querendo ou não já passou por coisa parecida. Aí tipo, é por isso que eu levo como membro da minha família” (Kevin). Dessa forma, a partir dos relatos anteriores reflete-se se as políticas para essas famílias não evitariam trajetórias as quais diversas situações ainda são vividas tanto por acolhidos quanto por seus familiares, retroalimentando exclusão e desigualdade estruturais do nosso país.

Transição para as Repúblicas

Segundo o levantamento do CensoSUAS 2019 a implantação da política de acolhimento em Repúblicas é recente. Esse fato encontra ressonância no documentário de Dominici e Machado (2021), ao qual a política é pouco mencionada e muitos jovens também a desconheciam, enquanto outros manifestaram o desejo de constituir moradia própria, justificando que as Repúblicas apresentavam regras semelhantes ao acolhimento institucional. Para ser possível refletir sobre a política, a presente categoria analítica foi formada de relato dos participantes sobre a sua transição para o acolhimento em Repúblicas, bem como suas vivências nesse espaço. Conforme indica Ribeiro e Boto (2019) essas

trajetórias são marcadas por longos períodos de institucionalização, sinalizando a importância das Repúblicas como uma possibilidade para os egressos. Sobre esse aspecto, foi encontrada também ressonância na fala de Kevin: “[...] eu fiquei dos 12 aos 18 no acolhimento, e passando por casas né, por várias casas, e depois quando foi que eu cheguei aos 18 anos é que surgiu a oportunidade de eu estar vindo para a República” (Kevin).

Contudo, a permanência dos jovens no acolhimento institucional e a sua ida para as Repúblicas também está relacionada com fatores que excedem as políticas de acolhimento. A partir de Ribeiro e Boto (2019) que realizaram reflexões por meio de um Grupo Focal com egressos do acolhimento, há poucas políticas para essa população, como acesso aos subsídios e à moradia, além do fato de que em algumas Repúblicas, como as do Estado de São Paulo, há requisitos para os jovens a acessarem, tais como ter condições de arcar parcialmente com as despesas do local. Esses dados são corroborados por Cassarino-Perez, Montserrat, Sarriera, (2018) que indicaram a escassez, no Brasil, de políticas para egressos, bem como de criação de espaços para compartilhar essas vivências e de formar redes de solidariedade entre pessoas que compartilham de trajetórias semelhantes.

Esses espaços e suas potencialidades também foram sinalizados por Ribeiro e Boto (2019) em sua importância, pois são trajetórias muito solitárias. Moraes-Martinez e Soares-Silva (2008) em seu estudo com egressos analisou que após saírem do acolhimento, a falta de rede socioassistencial, aliada à trajetória marcada pela tutela, contribui para que esses jovens se percebam sozinhos e realizando diversos arranjos para sobreviver. No estudo mencionado foi retratado um jovem que como único meio de moradia foi alugar uma casa de um cabeleireiro em que era cliente (Moraes-Martinez & Soares-Silva, 2008). Apesar do participante Leo ter mencionado poucos detalhes sobre sua trajetória - pois como foi sinalizado o assunto se mostrou sensível para o participante - sua fala também demonstrou os fatores mencionados, citando que sua transição para a República ocorreu por ele não conseguir manter um local de moradia: “Foi a mulher do abrigo que me falou. [...]. Eu tinha alugado uma casa. [Ao ser perguntado como o jovem foi para o acolhimento em República] Foi a dificuldade. [Frase dita após um período de silêncio]. Ah foi dificuldade tipo assim” (Leo). Por meio desse relato, articulado com a bibliografia citada, interroga-se: como produzir autonomia aos jovens a partir dessas políticas, pois em muitos pontos das entrevistas pareceu que ao invés de emancipação, eles se encontram em um fazer-sozinho:

Só que no caso também aqui você tem que ser... independente. Porque no caso: se você chega na Coordenação você comenta com eles sobre o curso, ou sobre o trabalho e eles falam “legal, então você tem que procurar”. Então assim, eles não te dão meio que uma mão amiga, só tipo procura saber quanto que é o valor, aonde

que é, para não ficar assim muito carregado, mas no mais é para a gente mesmo. Porque aqui a gente está aprendendo a ter uma vida independente. (fala de Kevin)

A partir desse contexto problematiza-se a respeito do imperativo da idade nas políticas socioassistenciais que, dado o recorte etário das Repúblicas, pressupõe que aos 21 anos esses jovens terão construído sua autonomia. Cordeiro et al. (2018), a partir de sua experiência em um acolhimento em Repúblicas em São Paulo, teceram exemplos de como a autonomia é algo construído em conjunto no e para além desses espaços, bem como de configurar as Repúblicas como uma rede de apoio para os acolhidos desligados. Assim, questiona-se como potencializar essas experiências, pois como Leo sinalizou foram as dificuldades que o levaram às Repúblicas. Somado a elas e, como relatado por Kevin, tem o desemprego acentuado pela pandemia (Leite, 2020), a redução dos investimentos socioassistenciais (Gonzaga & Cunha, 2020) e a luta pela sobrevivência que diminui as possibilidades desses jovens e de suas famílias (Acosta & Vitale, 2010).

É importante atentar para o fato que não se trata, no presente estudo, de apontar erros e acertos da política de República, pois é uma política nova em sua implantação e convive com todos os fatores ilustrados anteriormente de falta de investimento no SUAS. Além disso, podem ser acrescidos aos desafios vividos pelas políticas socioassistenciais os agravos pela Pandemia e a falta de ações governamentais de enfrentamento no período (Gonzaga & Cunha, 2020; Leite, 2020). Sinaliza-se também que o participante Kevin mencionou que há diálogo e possibilidade de construção conjunta com a equipe do local. O entrevistado também pontuou que somente o ambiente institucional não consegue suprir as necessidades desses jovens, que tem suas vidas mediadas por desigualdades históricas e estruturais de nossa sociedade: “Está uma turbulência viu porque nossa, igual: no momento, assim, eu não sei o lugar certo para ir morar. Eu estava até olhando uma casa de aluguel e tal, mas (...) esse ano foi um ano de dificuldade para todos nós[...]”(fala de Kevin). O entrevistado complementou que dialogou com a equipe da instituição sobre a permanência no local em decorrência das dificuldades enfrentadas: “Igual assim: isso é uma coisa que a gente tem que levar para ver se eles conseguem dar pelo menos um ano para a gente aqui” (fala de Kevin).

Anterior à promulgação do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, 2013), a extensão da proteção integral para crianças e adolescentes não se aplicava aos jovens. Contudo, no sistema socioeducativo, a permanência na medida de internação poderia se estender até os 21 anos. Logo, questiona-se sobre a falta de ampliação das políticas de proteção, dado o pequeno número de unidades no país (Ministério da Cidadania, 2020), em detrimento da

ampliação de políticas de punição, pois as repúblicas para egressos do acolhimento podem ser essenciais para uma população exposta a diversas desigualdades sociais, e que mesmo após medida protetiva de acolhimento institucional não superaram tais violações de direitos (Pereira & Colares, 2019).

A falta de políticas públicas para essa população também foi retomada na devolutiva de Kevin, que durante a explicação sobre a presente categoria sinalizou sobre o reduzido número de vagas e de Repúblicas. Ele acrescentou que algumas pessoas conhecidas tiveram trajetória nas ruas após o desligamento do acolhimento institucional quando atingiram a maioridade. Talvez seja possível inferir dessas informações que a ausência da política de acolhimento em Repúblicas, que não é uma realidade em diversos Estados e Municípios do país (Pereira & Colares, 2019; Ministério da Cidadania, 2020) lança sujeitos em trajetória de rua para terem direito à moradia garantido ao serem inseridos em outras instituições após configurarem população de rua, tornando a ampliação da política urgente e necessária.

Considerações finais

A partir do relato dos participantes foi possível conhecer suas trajetórias com suas famílias e as motivações, que segundo seus olhares, os levaram ao acolhimento institucional, indicando tensões e conflitos desse ambiente. Contudo, também foi relatado por Kevin a continuidade da retomada do convívio familiar com sua mãe durante seu período na República, o que chama atenção para as potencialidades da política, a partir de um trabalho conjunto com os acolhidos (Cordeiro et al., 2018). Apesar da impossibilidade do uso do método de história oral, conforme planejado inicialmente na pesquisa, seus resultados demonstraram como é importante tanto a constituição de espaço de escuta e de valorização dessas histórias, quanto de esquecimento, e que ambas as ações podem contribuir para o fomento de novas trajetórias (Pollak, 1992). Cabe pontuar que é crucial repensar o método de pesquisa que se atente ao conteúdo sensível dessas trajetórias (Pérez-Tarres et al., 2019) e que promova a aproximação com essa população para que se tenha o cuidado devido com a mobilização de afetos ao relatarem sobre seu passado sem contribuir com novas exposições (Sionek et al., 2020).

A permanência dos motivos que levaram ao acolhimento desses jovens parece se manter em conjunto com novas desigualdades provocadas pela Pandemia e potencializadas pelo Governo Federal vigente naquele período (Gonzaga & Cunha, 2020; Leite, 2020).

Logo, além do combate às medidas que provocaram o desmonte do SUAS no período, urge reafirmar a necessidade das políticas socioassistenciais se constituírem com e a partir dessas famílias. Nessa construção deve-se atentar aos modelos elitistas, racistas, e classistas que guiam a visão de família (Fonseca, 2004; Sarti, 2011 e Vieira, 2019), que impedem a construção de políticas para essas famílias (Soares & Chaves, 2020). Além de contribuir para a criação de mecanismos para classificá-las, a partir de formatos que não contam suas histórias e particularidades (Dominici & Machado, 2021), e que cristalizam seus lugares de desigualdade e as desqualificam (Vieira, 2019). Esse cenário pode inclusive se relacionar ao fato de que as únicas garantias que é fornecida a essa população é a extensão do sistema punitivo por cumprimento de medidas socioeducativas, e ser lançado a trajetória de rua devido à falta da efetivação de políticas de proteção e garantia de direitos (Pereira & Colares, 2019), que se materializa em poucas unidades de acolhimento em Repúblicas no país (Ministério da Cidadania, 2020).

Leite (2020) dissertou sobre as medidas federais, durante a Pandemia, que aumentaram o desemprego no país e retiraram direitos trabalhistas, além de exigir um modelo de trabalho, o Home Office, que não é acessível a todos. Cordeiro et al. (2018) sinalizaram a desigualdade e a exclusão vividas por esses jovens para além de dificuldades em decorrência das extensas trajetórias de institucionalização. Dessa forma, a autonomia não é algo possível se não houver rede de apoio que a sedimente e políticas de acesso ao trabalho e condições de autossustento desses jovens.

Contudo, como a pesquisa não ocorreu com os profissionais, denota-se a necessidade de se conhecer este trabalho também a partir destes, para compreender as limitações de suas atuações e dos desafios para a implementação e execução dessa política pública. Outro ponto importante é que as pesquisas se atentem para a questão racial presente na manutenção da desigualdade, tema que não foi contemplado nesse artigo, mas se faz visível na população que acessa o SUAS e nas vítimas de COVID-19 (Gonzaga & Cunha, 2020). Esses fatores indicam a importância de evidenciar que a desigualdade é racial e estrutural da na sociedade brasileira (Gonzaga & Cunha, 2020; Moscheta & Ferreira, 2020), bem como os mecanismos que a perpetuam (Vieira, 2019). Dessa forma, se faz necessário pesquisas que apontem essa realidade e fomentem lutas para não replicar essa estrutura social, pois compreende-se que as trajetórias dos participantes podem encontrar ressonâncias em outras histórias. Esse fato demonstra a importância da atual política, já que esses jovens não possuem condição de autossustento e que a existência das Repúblicas pode evitar trajetórias de rua e propiciar a construção de novos percursos. No entanto, destaca-se que estas devem ser pensadas para além do espaço institucional, com a construção de políticas

de atendimento aos egressos e que também contemplem a promoção do direito à convivência familiar e comunitária.

Referências

- Acosta, A. R., Vitalle, M. A. F. (Orgs.). (2010). *Família: Redes, laços e políticas públicas*. 5 Ed. São Paulo: Cortez.
- Alberti, V. (2013). *Manual de história oral*. 3a ed. rev. atual. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- Assis, S. G., & Farias, L. O. P. (2013). *Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento*. São Paulo: Hucitec.
- Cassarino-Perez, L., Córdova, V. E., Montserrat, C., & Sarriera, J. C. (2018). Transição entre o acolhimento e a vida adulta: Uma revisão sistemática sobre intervenções. *Trends in Psychology*, 26(3), p. 1665-1681. <https://doi.org/10.9788/tp2018.3-19pt>.
- Conselho Nacional de Saúde. (2016). Resolução do Conselho Nacional de Saúde 510, de 07 de Abril de 2016. Recuperado de <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>.
- Cordeiro, M. P., Thomaz, J., & Carvalho, S. (2018). Proteção Social Especial: Apresentação da política e a efetivação do trabalho em um serviço de república jovem. In: M. P. Cordeiro, B. Svartman, & L. V. Souza (Orgs.), *Psicologia na Assistência Social: Um campo de saberes e práticas*. São Paulo: Instituto de Psicologia.
- Dominici, M. (Diretora e Roteirista), Machado, P. (Diretor de Fotografia). (2021). “Meus 18 anos”: Quando jovens precisam deixar os abrigos. *Globonews, Documentário*. Recuperado de <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/globonews-documentario/v/6219149/>
- Fonseca, C. (2004). *Família, fofoca e honra: Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. 2a ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Gomes, R. (2012). A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. (18 ed., p. 67-80). Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

- Gonzaga, P. R. B., & Cunha, V. M. (2020). Uma pandemia viral em contexto de racismo estrutural: Desvelando a generificação do genocídio negro. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, e242819. Epub December 11, 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003242819>
- Ignácio, P. S., Cavour, F. S. (2008). Os caminhos da restituição: A afirmação de outros modos de fazer pesquisa e de se fazer pesquisador. In: M. L. Nascimento, L. Ayres, & C. M. B., Coimbra (Orgs), *Pivetes: Encontros entre a psicologia e o judiciário* (p. 70-76). Curitiba: Juruá.
- Lei nº 11.2020, de 3 de março. (2020). Institui o Programa Família Extensa Guardiã. Prefeitura de Belo Horizonte, Minas Gerais. Recuperado de <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1226206>.
- Lei nº 12.852, de 5 de Agosto de. (2013). Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm.
- Leite, K. C. (2020). A (in)esperada pandemia e suas implicações para o mundo do trabalho. *Psicologia & Sociedade*, 32, e020009. Epub 04 de setembro de 2020. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240215>.
- Martins, A. M., & Mota, V. N. (2019). As percepções dos adolescentes acerca das vivências em acolhimento institucional. In: F. Z. Amorin, J. G. S. Isabel, M. M. Saadallah (Orgs.), *O fazer da psicologia no Sistema Único de Assistência Social* (p. 64-79). Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais.
- Miller, D., & Slater, D. (2004). Etnografia on e off-line: Cibercafés em Trinidad. *Horizontes Antropológicos*, 10(21), 41-65. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832004000100003>
- Ministério da Cidadania. (2020). Censo SUAS 2019 – Resultados Nacionais, Unidades de Acolhimento. Brasília, Coordenação-Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. Ministério da Cidadania.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2009). *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. Brasília, DF: CONANDA/CNAS, 168p.

- Moscheta, M. S., & Ferreira, R. R. (2020). Falha, fratura, queda e perdição: Pesquisar com métodos vulneráveis. In: M. S. Moscheta, L. V. Souza, & E. F. Rasera (Eds.). *A dimensão política do pesquisar no cotidiano* [recurso eletrônico]. São Paulo: Letra e Voz.
- Moraes-Martinez, A. L., & Soares-Silva, A. P. (2008). O momento da saída do abrigo por causa da maioria: A voz dos adolescentes. *Psicologia em Revista*, 14(2), 113-132. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682008000200008&lng=pt&tlng=pt. –
- Pereira Junior, A. J., & Colares, T. P. (2019). Direito fundamental à assistência social: Conselhos gestores e serviço de república para egressos de unidades de acolhimento. *Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL]*, 20(2), p. 337–354. <https://doi.org/10.18593/ejll.19955>.
- Pérez-Tarres, A., Espinosa, L. M. C., Santos, K. D. A., & Silva, J. P. (2019). Consideraciones metodológicas sobre investigaciones sensibles en metodología cualitativa. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(Spe2), e225746. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003225746>
- Pollak, M. (1984). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, 2(3), 3-15. Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>.
- Pollak, M. (1992). Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, 5(10), 200-212. Recuperado de <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>
- Ribeiro, A. R. B. M., & Boto, L. G. (2019). Mais autonomia, mais direitos. Pesquisa sobre modalidades de acompanhamento da transição de adolescentes e jovens do sistema de cuidados alternativos para a vida adulta na América Latina. Instituto Fazendo História. Recuperado de <https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/t/5f15cfc1ba9c3e515a1e7225/1595264974294/Mais+autonomia%2C+mais+direitos.pdf>.
- Sarti, C. A. (2011) *A família como espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres*. 7a ed. São Paulo: Cortez.
- Silva, A. H., & Fossá, M. I. T. (2015). Análise de conteúdo: Exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. *Qualit@s Revista Eletrônica*, 17(1).

Recuperado de

<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113/1403>.

- Sionek, L., Assis, D. T. M., & Freitas, J. D. L. (2020). “Se eu soubesse, não teria vindo”: Implicações e desafios da entrevista qualitativa. *Psicologia Em Estudo*, 25. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.44987>
- Soares, L. C. E. C., & Chaves, A. B. S. (2020). Família acolhedora e reintegração familiar: Impasses e reflexões sobre a medida protetiva para crianças/adolescentes. In: L. C. E. C. Soares, & L. E. Moreira (Orgs.), *Psicologia social na trama do(s) direito(s) e da justiça* (p.45-78). Florianópolis: ABRAPSO.
- Vieira, A. T. G. (2019). *Biopolítica e o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária*. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Instituto de Psicologia, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.